

**FACULDADE DE DIREITO  
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO  
Curso de Licenciatura  
2020/2021 (1.º Semestre)**

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Jaime Valle; Prof. Ana Rita Gil; Mestre Heloísa Oliveira;  
Mestre Sara Matos; Dr. Afonso Brás

2º Ano – Turma A

---

**PROGRAMA**

**PARTE PRIMEIRA**

**A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: FUNDAMENTOS**

**Capítulo 1**

**A IDENTIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

**1. O Direito Internacional Público: relance introdutório**

**1.1. Noção adoptada**

**1.2. Terminologia e intitulações**

**1.3. Direito Internacional Público: um direito difícil de conhecer**

**1.4. O Direito Internacional Público e os seus semelhantes**

- 1.5. Direito Internacional Público e Direito Interno: uma comparação virtuosa
- 1.6. Direito Internacional Público ou Direitos Internacionais Públicos?
- 2. Formação e evolução histórica do Direito Internacional Público
  - 2.1. O longo período de gestação do Direito Internacional Público
  - 2.2. A Paz de Vestefália e o Período Clássico (1648-1815)
  - 2.3. O Período Moderno (1815-1945)
  - 2.4. O Período Contemporâneo (1945 aos nossos dias)
- 3. A questão existencial do Direito Internacional Público: existe porquê e para quê?
  - 3.1. Principais correntes doutrinárias
  - 3.2. Posição adoptada
  - 3.3. As funções sociais do Direito Internacional Público

## **Capítulo 2**

### **FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

- 4. Elementos de uma teoria geral das fontes Internacionais
  - 4.1. Fontes, obrigações e atos jurídicos no Direito Internacional
  - 4.2. O artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça e a tipificação de fontes
  - 4.3. Fontes tipificadas

- 4.3.1. A convenção internacional
    - 4.3.2. O costume internacional
    - 4.3.3. Os princípios gerais de Direito
    - 4.3.4. A jurisprudência e a doutrina
    - 4.3.5. A função atípica da equidade (ex aequo et bono)
  - 4.4. Fontes não tipificadas
    - 4.4.1. Os actos unilaterais
    - 4.4.2. O chamado *soft law*
  - 4.5. Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional
  - 4.6. Hierarquia de fontes e hierarquia de normas – origem e estatuto das “normas fundamentais” na ordem jurídica internacional
5. Em especial, o regime normativo de celebração de convenções internacionais – aspectos fundamentais sobre o Direito dos Tratados
- 5.1. Direito dos Tratados – fontes
  - 5.2. O nascimento dos tratados
    - 5.2.1. Conclusão dos tratados
    - 5.2.2. As reservas no Direito dos Tratados
    - 5.2.3. Entrada em vigor
    - 5.2.4. Depósito, registo e publicação
  - 5.3. A vida dos tratados
    - 5.3.1. Princípio *pacta sunt servanda*
    - 5.3.2. Tratados e terceiros Estados
    - 5.3.3. Revisão e modificação dos tratados
  - 5.4. A morte dos tratados

**5.4.1.** Estabilidade e verdade das relações intermediadas por  
Tratados

**5.4.2.** Nulidades

**5.4.3.** Cessação da vigência e suspensão da sua aplicação

**6.** Em especial, o procedimento de vinculação por convenções  
internacionais e a Constituição Portuguesa

**6.1.** Nas Constituições históricas portuguesas

**6.2.** Na Constituição Portuguesa de 1976

**6.2.1.** As bases jurídicas de abertura internacional

**6.2.2.** O problema da distinção material entre tratado e acordo

**6.2.3.** As quatro fases principais do procedimento interno de  
vinculação por convenção internacional

**6.2.4.** O procedimento interno de desvinculação: simetria e  
equivalência

**6.2.5.** Especificidades das convenções internacionais  
celebradas no quadro da União Europeia

### **Capítulo 3**

#### **NORMAS INTERNACIONAIS E EFICÁCIA NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA**

**7.** Articulação entre Direito Internacional e Direito Interno

**7.1.** Construções doutrinárias clássicas e modelos jurídico-  
constitucionais

- 7.1.1.** Monismo com primado do Direito Interno
    - 7.1.2.** Monismo com primado do Direito Internacional
  - 7.2.** Tribunais internacionais e primado do Direito Internacional
  - 7.3.** Direito Internacional Público e tribunais nacionais: o efeito direto
  - 7.4.** Direito Internacional e Direito Interno: no espaço da internormatividade global
- 8.** A Constituição Portuguesa e a eficácia jurídica das normas internacionais e eurocomunitárias
  - 8.1.** A Constituição Portuguesa e a abertura ao Direito Internacional e ao Direito da União Europeia
  - 8.2.** Incorporação e eficácia do Direito Internacional e do Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa
    - 8.2.1.** Direito Internacional Geral ou Comum
    - 8.2.2.** Direito Internacional Convencional
    - 8.2.3.** Direito das Organizações Internacionais
    - 8.2.4.** Direito da União Europeia

## **Capítulo 4**

### **SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL**

- 9.** O conceito de sujeito de Direito Internacional
  - 9.1.** Personalidade jurídica internacional: uma noção clássica que se renova
  - 9.2.** O Estado e os outros – que é quem no Direito Internacional

- 9.3.** Em especial, o Estado
- 9.4.** Em especial, o indivíduo
- 9.5.** Sujeitos atípicos não estaduais
- 10.** O reconhecimento da subjectividade internacional: função, natureza e critérios

## **Capítulo 5**

### **AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

- 11.** Elementos de uma teoria geral das Organizações Internacionais
  - 11.1.** Noção
  - 11.2.** Génese e evolução
  - 11.3.** Classificações
  - 11.4.** Atribuições e poderes – em especial, a teoria dos poderes implícitos
  - 11.5.** Membros
  - 11.6.** Estrutura institucional
- 12.** Principais organizações de que Portugal é membro – em especial, a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- 13.** A Organização das Nações Unidas (ONU)
  - 13.1.** Enquadramento histórico

- 13.2.** A Carta das Nações Unidas – estrutura, valor jurídico, interpretação e processo de revisão
- 13.3.** Os membros
- 13.4.** Os objectivos e princípios conformadores de actuação da ONU
- 13.5.** Os órgãos e a sua competência – o princípio da efectividade institucional
- 13.6.** O valor jurídico das resoluções da ONU
- 13.7.** O domínio reservado dos Estados – conteúdo e sentido actual
- 13.8.** Áreas fundamentais de actuação
  - 13.8.1.** Segurança colectiva – em especial, o Capítulo VII da Carta e a prática onusiana
  - 13.8.2.** Protecção internacional dos Direitos Humanos (aspectos gerais)
  - 13.8.3.** Nações Unidas e agências especializadas – em especial, a prevenção e luta contra as pandemias (OMS)

## **PARTE SEGUNDA**

### **A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: PROCEDIMENTOS DE TUTELA DOS DIREITOS E DEVERES**

#### **Capítulo 6**

#### **A PROTECÇÃO INTERNACIONAL E EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS**

- 14.** Direito Internacional dos Direitos Humanos – fontes de âmbito universal e de âmbito regional

**15. A protecção internacional penal**

**15.1. A noção de crimes internacionais**

**15.2. As jurisdições penais internacionais**

**16. A protecção internacional à pessoa humana em situação de particular vulnerabilidade: apátridas, refugiados e migrantes**

**17. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)**

**17.1. Génese e evolução**

**17.2. O sistema jurisdicional de interpretação e de garantia da CEDH**

**17.3. Portugal e a CEDH**

**17.4. A CEDH e a adesão da União Europeia – um património europeu comum de direitos fundamentais**

**BIBLIOGRAFIA**

**I. Básica**

- DUARTE, Maria Luísa – *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016.
- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares (coords.) – *O Direito Internacional e o uso da força no século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2018.
- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares / DUARTE, Francisco Abreju (coords.) – *Ordem jurídica global do século XXI – sujeitos e actores no palco internacional* (no prelo).

- MIRANDA, Jorge – *Direito Internacional Público*, 6.<sup>a</sup> ed., Cascais, Principia, 2016.

## II. Complementar

- AA.VV. – *The Max Planck Encyclopedia of Public International Law* (<http://www.mpepil.com>; disponível o acesso na Biblioteca da FDUL).
- BRITO, Wladimir de – *Direito Internacional Público*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra Ed., 2014.
- CAMPOS, João Mota de (coord.) – *Organizações Internacionais*, 4.<sup>a</sup> ed., Coimbra Editora, 2010.
- COUTINHO, F. Pereira, e outros (coords.) – *Os sujeitos não estaduais no Direito Internacional*, Ed. Petrony, 2019.
- DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.
- FREITAS, Pedro Caridade – *História do Direito Internacional Público*, Cascais, Principia, 2015.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Manual de Direito Internacional Público. Uma perspectiva de língua portuguesa*, 4.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Almedina, 2013.
- KACZOROWSKA, Alina – *Public International Law*, 5.<sup>a</sup> ed., Londres, Routledge, 2016.
- KLABBERS, Jan – *International Law*, Cambridge Univ. Press, 2013.  
 \_\_\_\_ *An introduction to International Organizations*, Cambridge Univ. Press, 3.<sup>a</sup> ed., 2015.

- LOPES, J. A. Azeredo (coord.) – *Regimes jurídicos internacionais*, UC Porto, 2 vols., 2020.
- MORAIS, Carlos Blanco de – *Direito Internacional Público. Sumários desenvolvidos*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, AAFDL, 2012.
- RIBEIRO, Manuel de Almeida / COUTINHO, Francisco Pereira – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.
- SCHUTTER, Olivier de – *International Human Rights Law*, 2.<sup>a</sup> ed., Cambridge Univ. Press, 2014.
- WELLER, Marc (ed.) – *The Oxford Handbook of the use of force in international law*, OUP, 2015.

### **III. Textos normativos**

- Constituição da República Portuguesa
- Rui Tavares LANCEIRO, e outros, *Colectânea de Textos de Direito Internacional Público* 2.<sup>a</sup> ed., AAFDL, 2017

Lisboa, 1 de Setembro de 2020